

**HADJI, Charles. *Avaliação Desmistificada*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.**

## **Os aspectos ideológico e filosófico da avaliação proposta por Hadji**

Lucilene Nascimento

Giselle Rôças

O educador francês Charles Hadji discute, nesta obra, a desmistificação da avaliação, assumindo como elemento principal que esta deve estar a serviço das aprendizagens. Hadji descreve em sua obra os detalhes sobre o já bastante debatido, mas ainda, tão complexo tema.

Primeiramente, o autor delinea suas proposições numa tese central, suscitando no leitor a reflexão sobre as possibilidades de se transformar a utopia formativa da avaliação em realidade. Sim! O autor pretende conceber desde sua introdução, que ainda há o que se discutir sobre o tema, apresentando uma série de interrogações que instigam o leitor a descobrir o que de concreto ele pode acrescentar, sob a égide de que se faz necessário compreender para agir.

Entendemos que, conceitualmente, na perspectiva utilizada pelo autor, utopia não pode ser qualificada como promissora. Toda utopia, por conceito, se estabelece no âmbito do ideal inalcançável. Ou seja, se algo é utópico, por consequência, não há como ser promissor, pois o irrealizável jamais será bem-sucedido. A partir dessa oposição sobreposta de palavras, Hadji encanta o leitor a aventurar-se pelas propostas das linhas a seguir. Sendo assim, de forma paradoxal, Hadji propõe, ao longo de 136 páginas, um jogo de palavras antagônicas, certificando o leitor do caráter promissor, mas utópico, de uma avaliação formativa, capaz de ser intencionalmente e legitimamente auxiliadora do processo de aprendizagem. Apesar da insistência no caráter utópico da avaliação, o autor não desencoraja que os docentes procurem refletir e aplicar metodologias diferenciadas e apropriadas para avaliar seus alunos no percurso do ensino-aprendizagem.

A obra é estruturada em duas partes. Na primeira, intitulada “Compreender”, o arcabouço teórico é apresentado como um modelo epistemológico que discute, em três capítulos, os conceitos filosóficos acerca do ato de avaliar. Na segunda parte, sob o título “Agir”, o autor ousa demonstrar, em quatro capítulos as ações necessárias para tornar a avaliação formativa.

A partir dessas reflexões, Hadji inicia seu primeiro capítulo afirmando que “a questão da avaliação é multidimensional” (2001, p.15), ou seja, ela tem várias dimensões, aspectos a serem considerados, portanto, apresenta um tema complexo. Dito isso, suas proposições consubstanciam-se em dois contextos complementares: avaliar e aprender, sendo a primeira ação, auxiliar da segunda. Sob a perspectiva da compreensão do que é a avaliação, Hadji adota em seu texto uma abordagem descritiva das concepções implícitas, espontâneas e instituídas sobre a avaliação; os aspectos de referência de uma avaliação normativa e criteriada, bem como as funções prognósticas, cumulativas e formativas. Destaca a função formativa como modelo ideal e regulador da atividade de ensino. Reafirma seu aspecto utópico e promissor, descrevendo os obstáculos para implementação emergente da “Avaliação com Intenção Formativa”, assim denominada pelo autor.

No segundo capítulo o enfoque é direcionado à compreensão do leitor de que avaliar não é medir e sim um confronto em processo de negociação. Hadji destaca a subjetividade do “corretor”, a impossibilidade de neutralidade diante do contexto escolar e social, impregnado de carga afetiva e dimensão emocional. O autor pondera sobre a singularidade da interação professor-aluno e do sistema de expectativas que formam o referencial a ser utilizado no ato avaliativo.

No último capítulo, do bloco “Compreender”, Hadji opta em retomar três questões constantes na introdução do livro e busca por suas respostas. Em sua análise, o autor redesenha os questionamentos iniciais e pergunta se devemos abandonar toda pretensão à objetividade quantitativa da avaliação nos recusar a julgar e se devemos ainda avaliar. Para estas questões, algumas assertivas de caráter conclusivo são apresentadas: 1- a avaliação é um ato baseado na intuição do avaliador, portanto, subjetivo a ser expresso de forma quantitativa; 2- se há avaliação, existe julgamento; cabe ao avaliador a tarefa de interpretar a realidade a qual deve pronunciar-se e, 3- a avaliação deve ser formativa e integrada ao processo ensino-aprendizagem, não havendo assim, em hipótese alguma, avaliação que não seja qualitativa. Assim, o autor explica por toda a extensão da primeira parte de sua obra, o aspecto da concepção filosófica e teórica da avaliação, fazendo clara distinção da função formativa da avaliação, de forma que ela esteja integrada e a serviço do processo de ensino-aprendizagem.

Na segunda parte, sob o título “Agir”, Hadji se propõe a apresentar um guia metodológico para tornar a avaliação mais formativa, apresentando “pistas para a ação” em sua introdução. Alguns objetivos da prática avaliativa são elencados e o autor apresenta quatro condições que devem permear o processo para se alcançar o modelo ideal de avaliação: esclarecer aos alunos e professores sobre o processo

de aprendizagem, não limitar-se às práticas estereotipadas, tornar os dispositivos transparentes e desconfiar dos entusiasmos e abusos de poder. Hadji reconhece, em seu texto introdutório, as dificuldades de integrar todos os aspectos necessários para tornar a avaliação mais formativa, mas deixa claro que se faz necessário *aceitar a avaliação como pressuposto da construção do saber* (grifo nosso).

Os próximos quatro capítulos, que compõem a segunda parte da obra, ambicionam apresentar um fio condutor de ação para o avaliador: desencadear comportamentos, observar/interpretá-los, comunicar resultados e remediar dificuldades.

Para desencadear comportamentos de maneira adequada, Hadji propõe que o professor avaliador, espontaneamente baseado em sua intuição prognóstica, selecione tarefas que possam estabelecer espaços de observação. Para tanto, Hadji destaca a necessidade de seguir uma linha coerente entre objetivos, objetos e instrumentos avaliativos, além de enfrentar diretamente os obstáculos que se apresentam como impedidores de tornar a tarefa desencadeadora de comportamentos observáveis.

Hadji compreende que todo professor que faz uso da avaliação formativa, ainda que de forma não muito elaborada, lança mão de dispositivos articulados para escolher instrumentos avaliativos que o levem a apreciar os conhecimentos de seus alunos. Tais dispositivos desenvolvem-se de forma desencadeada (eu quero saber “isso” do aluno, para tal devo observar “isso”, a fim de eventualmente decidir por estes exercícios e, nesta análise, selecionar novos alvos e tarefas) para que a atenção seletiva do professor avaliador esteja focada não só nos momentos “informativos”, mas também “formativos”.

Os instrumentos desencadeadores de espaços observáveis conduzirão o avaliador ao ato de observar e interpretar os comportamentos. Num primeiro nível, observam-se os comportamentos esperados. Em seguida, observam-se os procedimentos utilizados para execução da tarefa. As representações do que se produziu “na mente do aluno” e os processos que estabelecem o “aspecto funcional” do que se aprendeu não são diretamente observáveis e exigirá do professor-avaliador necessidade de interpretação e análise “provisória” do objeto de ensino. Hadji então apresenta a autoavaliação como proposta de autocontrole e autorregulação do aluno sobre sua aprendizagem. Neste momento, o professor deve estar atento às dificuldades e levá-los a refletir sobre elas e como superá-las. Hadji compreende a autoavaliação como um diálogo interno, no qual o aluno é “obrigado a uma autocrítica desestabilizante” (2001, p.104).

A partir daí, inicia a ideia essencial pregada por ele na avaliação, onde ousa desmistificar, de fato. Fica claro ao leitor atento que todo seu texto, a primeira parte e

o início da segunda estavam submetidos ao grande preciosismo da autoavaliação como suposta redentora do ato avaliativo bem-sucedido e a serviço das aprendizagens. O autor finalmente apresenta a autorregulação como indispensável a uma avaliação que se propõe formativa e integradora e que, neste sentido, desencadeará a autonotação e autobalanco dentro de uma autoconstatação e autocontrole crítico e uma regulação metacognitiva embutida na autorregulação. Por fim, Hadji conclui que cabe ao professor e ao aluno o pleno domínio dos instrumentos de autoavaliação (autoavaliação da escrita de texto opinativo, autoapresentação, relato de pesquisa etc). Dessa forma, Hadji trata no sexto capítulo da sua obra da importância da comunicação interativa no âmbito da avaliação. O ato de avaliar, segundo ele, é um ato de comunicação e deve basear-se em princípios de ordem ética e deontológica, a serem observados por alunos e professores.

No último capítulo, a obra traz a remediação como ato pedagógico que serve à dinâmica da autorregulação. Compreendida como “ação corretiva” ou “ajuste da ação”, a remediação é apresentada como medida pedagógica eficaz no circuito regulação – ação – interação. Numa conclusão “provisória” Hadji reaproxima o conceito de avaliação ao ato intencional de ser mais formativa e, conseqüentemente, bem sucedida, em relação ao êxito do aluno e do professor em relação a uma efetiva aprendizagem.

No intuito de desmistificar a avaliação, Hadji apresenta um tema farto no meio acadêmico com a maestria de uma nova sinfonia. Acerta quando utiliza como pano de fundo o interesse de educadores, de discentes e da sociedade no sucesso do aluno na elaboração do saber. Posiciona-se de forma fecunda a respeito de uma avaliação promotora da aprendizagem, ampliando o horizonte de seus leitores. Apresenta a função formativa da avaliação submetida à intencionalidade docente, transportando o aluno para o papel soberano do autojulgamento. No entanto, equivoca-se quando mantém a discussão no âmbito ideológico e filosófico, afastando suas concepções do entendimento prático e cotidiano das salas de aula.

A questão da utopia se inscreve, nessa obra, com requintada sutileza de novo conceito. Hadji, nas suas últimas linhas, confessa que o êxito de suas propostas seria “um pequeno milagre” (2001, p.132), mas faz uma convocação implícita a todos os professores a enfrentar corajosamente o combate diário de tornar a avaliação mais formativa. A pretensão de tornar-se livre da lógica perversa da avaliação, presente nas instituições de ensino, é a mola propulsora do professor que, insatisfeito com sua própria prática, deseja encontrar na obra uma possível saída para desenvolver pedagogicamente sua formação.

No caso da avaliação desse trabalho, recomenda-se a leitura a todos os professores e estudiosos sobre o tema, totalmente despidos de (pré) conceitos para melhor atingir a utopia dos seus propósitos.